



ESTADO DO MARANHÃO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
CNPJ nº 01.577.844/0001-62

PROCESSO: **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021.065**


São Pedro dos Crentes – MA, 29 de março de 2021.

A.  
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.  
NESTA.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
CELSIVAN DOS SANTOS JORGE  
PROCURADOR GERAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA.

Solicito os préstimos em emitir parecer sobre a regularidade da Minuta do Edital e do Contrato referente ao processo licitatório **PROCESSO ADMINISTRATIVO 2021.065** do Município de São Pedro dos Crentes – MA.

Ante o exposto, aproveito o ensejo para acentuar votos de elevada estima, apreço e consideração.

  
\_\_\_\_\_  
Semanas da Silva Moraes  
Presidente da CPL



**ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ 01.577.844/0001-62**

**Assunto: Parecer Jurídico – Chamada Pública**

**Órgão Consulente: Secretarias do Município de São Pedro dos Crentes**

**Parte Interessada: Comissão Permanente de Licitação**

**Assunto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Diversos da Agricultura Familiar Para Composição da Merenda Escolar.**

**Protocolo: 001/2021/CPL/SPC**

**Processo Administrativo: 065/2021/CPL**

---

**PARECER JURÍDICO**

**1 – RELATÓRIO**

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Chamada Pública registrado sob o nº 001/2021, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios Diversos da Agricultura Familiar Para Composição da Merenda Escolar.

Consta no presente certame: solicitação de despesas da administração; despacho autorizativo do gestor, solicitação de pesquisa de preço e existência de recursos orçamentários; despacho do departamento de contabilidade informando a dotação orçamentária disponível para atender a demanda; declaração de adequação orçamentária e financeira, emitida pelo departamento de contabilidade atestando que a despesa solicitada está de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); autuação do processo licitatório; despacho de encaminhamento dos autos à assessoria jurídica para análise e parecer, minuta do edital e seus anexos, bem como minuta do contrato.

O instrumento convocatório é constituído pelo edital de licitação com especificações do objeto a ser licitado, modelo de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ 01.577.844/0001-62**

propostas de preços, modelo de credenciamento para a prática de atos concernentes ao certame e demais modelos de declarações, conforme legislação pertinente.

Relatado o pleito passamos ao Parecer.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional.

Verifica-se que o edital seguiu as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

- I – Definição do objeto de forma clara e sucinta;
- II – Local a ser retirado o edital;
- III – Local, data e horário para abertura da sessão;
- IV – Condições para participação;
- V – Critérios para julgamento;
- VI – Condições de pagamento;



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ 01.577.844/0001-62

VII –Minuta do contrato, prazos e condições para assinatura do contrato;

VIII –Sanções para o caso de inadimplemento;

IX –Especificações e peculiaridades da licitação.

Nesse linear, é considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame.

### **3 – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, manifesta-se esta Procuradoria-Geral pelo **PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO**, em seus ulteriores atos, estando dentro da legalidade todos os atos até o momento praticados.

É o parecer.

São Pedro dos Crentes - MA, 29 de abril de 2021.

CELSIVAN DOS SANTOS JORGE  
**Procurador-Geral do Município**

Portaria nº 020/2021

OAB/MA nº 13.572